

# Em nome do pai: Evandro Chagas e a ciência de Manguinhos na Amazônia na década de 1930

*In the name of the father: Evandro Chagas and the science of Manguinhos in 1930s Amazon*

**DANIELLE CRISTINA DOS SANTOS BARRETO**

Secretaria de Educação do Rio de Janeiro

**SIMONE PETRAGLIA KROPF**

Casa de Oswaldo Cruz | COC/Fiocruz

**RESUMO** Este artigo analisa a trajetória de Evandro Chagas no Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), criado por ele em 1936 em Belém do Pará. O pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz e filho mais velho do renomado cientista Carlos Chagas tinha por objetivo implantar na Amazônia um centro de pesquisa e ensino em medicina tropical capaz de subsidiar os órgãos estadual e federal de saúde no combate aos problemas sanitários mais relevantes na região, como a leishmaniose visceral e a malária. Evandro Chagas mobilizou seu capital científico e social para estabelecer no norte do país a tradição institucional de Manguinhos da qual seu pai e a doença que leva seu nome haviam sido um emblema. Entretanto, isso se deu num cenário em que os novos atores e estruturas político-institucionais criadas em 1930 impunham transformações expressivas no campo da saúde pública e no próprio arcabouço institucional do Instituto Oswaldo Cruz. Ao acompanharmos as negociações e conflitos vividos pelo cientista nesse empreendimento, esperamos contribuir para a compreensão dos processos de institucionalização da ciência e da saúde pública na chamada era Vargas.

**Palavras-chave** Evandro Chagas – Instituto de Patologia Experimental do Norte – Instituto Oswaldo Cruz – medicina tropical – saúde pública

**ABSTRACT** *The article analyzes Evandro Chagas's role at the Institute of Experimental Pathology of the North (IPEN), founded by him in 1936 in Belém, Pará. Chagas, a researcher at the Oswaldo Cruz Institute and eldest son of renowned scientist Carlos Chagas, wanted to set up a research and teaching center in tropical medicine in the Amazon, one that could support state and federal health agencies in their efforts to combat the most relevant health problems in the region, such as leishmaniasis and malaria. Chagas used his scientific and social capital to introduce the Manguinhos institutional tradition in the Amazon – a tradition that bore the mark of his father and the eponymous disease. However, this took place in a setting where new political and institutional actors and structures, created in 1930, brought substantial changes to the field of public health and to the institutional framework of the Oswaldo Cruz Institute. By exploring the negotiations and conflicts that the scientist faced during this endeavor, we hope to contribute to a better understanding of the institutionalization of Brazilian science and public health in the Vargas era.*

**Keywords** *Evandro Chagas – Institute of Experimental Pathology of the North – Oswaldo Cruz Institute – tropical medicine – public health*

## Introdução

*“... não posso deixar de atender a um ideal que foi do Paizinho, pelo qual ele morreu e que, se visse realizado, teria de mim outra opinião, bem diferente da que levou para o túmulo”.*

*(Carta de Evandro Chagas para sua mãe, em 12 de julho de 1937)*

A frase que abre este artigo é ilustrativa das motivações e dos sentidos que Evandro Serafim Lobo Chagas (1905-1940) imprimiu à sua carreira profissional, construída em estreita afinidade com a trajetória do pai, Carlos Chagas (1878-1934).<sup>1</sup> O filho primogênito do renomado cientista de Maginhos estudou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (FMURJ) entre 1921-1926 e foi interno no Hospital Oswaldo Cruz e no Hospital São Francisco de Assis, convivendo em ambos os espaços com o pai.<sup>2</sup> Como seu colaborador, deu prosseguimento aos estudos sobre os aspectos cardíacos da doença de Chagas. Já formado, dividiu seu tempo entre o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) – à época dirigido por Carlos Chagas – e a livre docência em doenças tropicais e infecciosas na FMURJ, cátedra criada para o pai em 1925. Com a morte de Carlos Chagas em 1934, Evandro prestou concurso para substituí-lo na cadeira. Classificado em 2º lugar, não pode ocupar a vaga e exonerou-se da FMURJ, permanecendo exclusivamente em Manguinhos. O falecimento de Carlos Chagas foi um divisor de águas na vida de Evandro, que, apesar de acompanhá-lo nas atividades profissionais, vivenciara com ele conflitos familiares e pessoais. A partir de então, Evandro Chagas passaria a conceber e narrar sua própria trajetória (tanto no âmbito familiar quanto em sua vida profissional e atuação pública) como sendo norteada pelo “dever” de honrar a memória e dar continuidade ao legado de Carlos Chagas.<sup>3</sup>

É por meio desse personagem que buscamos analisar a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), fundado em Belém, em 1936, com o propósito de investigar as principais doenças da região amazônica e fornecer aos órgãos estadual e federal de saúde subsídios para ações e políticas de combate a essas enfermidades.<sup>4</sup> A iniciativa decorreu de uma série de pesquisas científicas que Evandro Chagas realizava pelo interior do país, especialmente sobre a leishmaniose visceral, doença cuja incidência e epidemiologia ainda eram desconhecidas no Brasil e que, segundo ele, apresentava-se sob uma modalidade específica no continente americano.<sup>5</sup> Para desenvolver seus estudos sobre a enfermidade no Pará, realizou acordos com o governo do estado que levariam à fundação do IPEN. A criação do instituto de Belém seria o passo inicial de um projeto maior que o cientista buscava implementar no IOC, o Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE), cuja proposta era coordenar uma rede de centros de pesquisa em várias regiões do país para estudo das leishmanioses, da doença de Chagas e de outras endemias rurais.<sup>6</sup>

A criação do IPEN pode ser vista como uma ação que visava dar continuidade à tradição de pesquisa em medicina tropical que notabilizara o IOC desde seus primórdios, especialmente a partir de sua associação às bandeiras e ideais do movimento sanitário da Primeira República, e que tinha na doença descoberta por Carlos Chagas um emblema das relações que o instituto buscava estabelecer entre ciência, saúde pública e projeto nacional. Entretanto, este foi um processo que ocorreu – e ganhou sentidos particulares – numa conjuntura bastante diversa daquela dos tempos de Carlos Chagas, exigindo de seu filho a capacidade de negociar e ajustar-se aos novos atores e dinâmicas da saúde pública e da política brasileiras na chamada era Vargas.

Desde a primeira década do século XX, o estudo das doenças tropicais (particularmente das endemias rurais) realizado no IOC constituiu uma frente decisiva do processo de institucionalização da ciência biomédica brasileira, em sintonia com a agenda científica internacional.<sup>7</sup> Isso se deu em articulação com um intenso debate sobre os problemas da nação e o papel da ciência em indicar os rumos para que a jovem república brasileira superasse os obstáculos à sua modernização, dentre os quais, segundo os cientistas, destacavam-se as endemias que comprometiam a produtividade de seus trabalhadores rurais.<sup>8</sup> Se o movimento em prol do saneamento dos sertões durante a década de 1910 projetou Carlos Chagas na cena pública, como cientista e como ator político, Evandro Chagas se lançaria ao desafio de levar adiante tais bandeiras no novo contexto político do Estado e da sociedade brasileira na década de 1930.

A expansão e a institucionalização da saúde pública durante a era Vargas foram tributárias dos processos de construção do Estado empreendidos durante a Primeira República, em boa parte derivadas da agenda do saneamento rural. No entanto, o campo da saúde assumiria um novo arcabouço institucional mediante as novas estruturas administrativas e burocracias do Ministério da Educação e Saúde Pública criado em 1930 (renomeado Ministério da Educação e Saúde/MES em 1937).<sup>9</sup> O IOC, que passou a pertencer ao novo ministério, também foi marcado por importantes transformações em sua conformação institucional, que suscitariam um amplo debate em torno de sua própria identidade e papel social.<sup>10</sup> Foi nesse cenário, caracterizado por permanências e descontinuidades em relação ao período anterior, e por tensões e encruzilhadas postas pelos novos caminhos que se desenhavam quanto ao lugar social e as atribuições da ciência e da saúde, que Evandro Chagas buscou dar seguimento ao que considerava o “legado” do pai, fazendo do IPEN o laboratório e a vitrine para esse empreendimento.

Se a legitimidade e a rede de relações associadas ao seu sobrenome seriam acionadas por Evandro Chagas como capital expressivo para seu projeto, a reprodução das “glórias de Manguinhos” exigiria, por outro lado, a construção de novas redes de apoio e o recrutamento de outros aliados e interesses, no cenário local do Pará, junto ao governo federal e no próprio IOC, que também não era o mesmo dos tempos de seu pai. Pretendemos acompanhar aqui as estratégias, acordos e tensões que marcaram este processo pelo qual a ciência de Manguinhos, que já havia percorrido o norte do país em suas “missões” sanitárias na década de 1910, voltaria à Amazônia. O estabelecimento de uma agenda específica de estudo das doenças regionais seria a base para um novo circuito pelo qual esse modelo de ciência buscava recriar sua identidade institucional e reafirmar seu protagonismo na saúde pública brasileira. Utilizando preferencialmente fontes de seu acervo pessoal, examinaremos as circunstâncias, motivações e expectativas que levaram o filho de Carlos Chagas à ideia de criar um instituto para estudo da patologia regional em Belém, as negociações e obstáculos que vivenciou nesse caminho e os desdobramentos desse empreendimento, no qual sua participação seria subitamente interrompida com sua morte em 1940. Tomando como fio condutor a trajetória do cientista, pretendemos lançar novas luzes sobre as práticas concretas que configuraram o processo de institucionalização da ciência e da saúde no Brasil durante a era Vargas.

8

## Evandro Chagas no Pará: uma nova doença e um novo projeto

As pesquisas de Evandro Chagas sobre a leishmaniose visceral (também conhecida como calazar) tiveram como ponto de partida a nota prévia publicada em 1934 por Henrique Penna, médico da Fundação Rockefeller no Brasil. Nesse artigo, o médico anunciou ter encontrado, em amostras de fígado de moradores do Norte e Nordeste, evidências anatomo-patológicas do parasita causador da doença. Até então, a epidemiologia do calazar era praticamente desconhecida na América do Sul, embora se suspeitasse de sua ocorrência no continente desde o início do século XX, a partir do relato de alguns médicos e cientistas. A literatura da época descrevia a leishmaniose visceral encontrada nas Américas como uma doença esporádica e importada do Mediterrâneo ou da Ásia. Os achados de Penna levantavam a possibilidade de se tratar de uma moléstia autóctone, distinta da encontrada em outros continentes, já que grande parte do material era proveniente de crianças nascidas em zonas rurais. Contudo, para confirmar tal hipótese, era necessário encontrar um indivíduo vivo infectado, já que os exames foram realizados *post-mortem*. O diretor do IOC, Carlos Chagas, ao ser comunicado dos achados de Penna, designou Evandro Chagas para esclarecer o que poderia representar um novo problema médico-social do país.<sup>11</sup>

No início de 1936, o cientista iniciou as viagens pelo nordeste do país, encontrando em Aracaju o que descreveu como o primeiro caso clínico autóctone de calazar. Ainda que tivesse examinado apenas um único indivíduo, ele acreditava que a doença se estendia por diversos estados, o que levou à constituição, no IOC, da Comissão Encarregada do Estudo da Leishmaniose Visceral Americana (CEELVA), coordenada pelo próprio cientista. É interessante observar que a investigação acerca da “nova doença” representava a oportunidade perfeita para que Evandro Chagas realizasse

uma contribuição científica comparável à de seu pai, posto que a tripanossomíase americana descrita por Chagas era uma enfermidade específica do continente.

Com base no material coletado e enviado ao IOC pelo Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller e pelo Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, órgão do Ministério da Educação e Saúde (num indício de como as novas estruturas da saúde pública criavam novos canais de circulação de pessoas e materiais de pesquisa), os pesquisadores da Comissão visitavam os domicílios e examinavam os moradores, coletavam insetos e animais domésticos suspeitos de serem vetores ou hospedeiros de *Leishmaniae* e estudavam a topografia local. Evandro Chagas articulou com a Força Aérea um sistema regular de transporte, que servia tanto para a remessa de material de pesquisa como para a locomoção de pesquisadores para os trabalhos de campo.

Os trabalhos da CEELVA abriram, portanto, uma nova frente de pesquisa no IOC. Assim como a doença de Chagas, a leishmaniose visceral começou a ser investigada em todos os seus aspectos: o parasita, os aspectos clínicos, os processos patogênicos, as características epidemiológicas e possibilidades terapêuticas. Doentes eram encaminhados ao hospital da instituição, dirigido por Evandro Chagas, para observação e estudos. Ainda em 1936, a investigação se estendeu à região Norte, no Pará, de onde provinham registros da doença em números relativamente significativos. Para facilitar o levantamento destes casos, Evandro Chagas buscou uma parceria do IOC com o serviço sanitário do Pará, por intermédio de Antônio Acatauassú Nunes Filho, que, além de dirigir o órgão, era professor catedrático de microbiologia da Faculdade de Medicina daquele estado.<sup>12</sup> Dessa aproximação, resultou o projeto para criar, em Belém, uma instituição de pesquisa científica, o Instituto de Patologia Regional do Norte.

A movimentação pessoal de Evandro Chagas foi decisiva para o estabelecimento desse acordo. Em suas estadias em Belém, o cientista costumava se hospedar no Grande Hotel, espaço notório de sociabilidade para as elites que circulavam pela cidade. Belém era escala obrigatória para as rotas interamericanas da Pan American Airways, impulsionadas pela Política da Boa Vizinhança do governo estadunidense, e para as tradicionais conexões com a Europa, facilitadas por sua localização geográfica. Como conta o cientista Wladimir Lobato Paraense, que viria a trabalhar no SEGE, foi na “mesa a que se sentava no calçadão” do hotel que Evandro Chagas – habituado não apenas aos laboratórios, mas aos salões que lhe eram franqueados por seu sobrenome – conheceu um intermediário decisivo para seu projeto. O jovem advogado Eládio Lima, desembargador do Tribunal de Justiça e frequentador do hotel, apresentou a Evandro Chagas “um irmão muito relacionado nos altos escalões da direção do Estado, que imediatamente levou ao governo a ideia de uma base de operações para o trabalho da Comissão [CEELVA] no Pará”.<sup>13</sup>

Era uma ideia atraente aos interesses locais. A região amazônica constituía um espaço especialmente propício ao estudo das doenças tropicais, já que algumas delas apresentavam modalidades clínicas específicas na região em razão de características ambientais particulares.<sup>14</sup> Para o cientista de Manguinhos, além das “condições nosológicas do mais elevado interesse”, o Pará apresentava-se como “ambiente muito favorável” à criação desse espaço institucional pelas facilidades que traria às pesquisas sobre a leishmaniose, permitindo-lhe criar uma equipe local para auxiliá-lo nos estudos e poupando-lhe as muitas viagens para o IOC no Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

Evandro Chagas esperava que o IPEN fosse uma organização mantida fundamentalmente com recursos financeiros estaduais, mas sob a orientação técnica de Manguinhos. Além das vantagens que traria para a nova agenda de pesquisa sobre a leishmaniose, a iniciativa ganhava sentidos mais amplos para o IOC, principalmente em virtude das mudanças em seu arcabouço institucional derivadas da reforma empreendida por Capanema no MES, entre 1935 e 1937.<sup>16</sup> Um primeiro aspecto, mais pontual, era a possibilidade de manter a presença de Manguinhos em outros estados, mesmo que sob um novo formato, já que o modelo de filiais praticado desde 1906 (com a criação da filial de Belo Horizonte) seria suspenso pela reforma Capanema. Além disso, o financiamento do estado do Pará permitiria compensar as dificuldades orçamentárias de Manguinhos. A reforma do MES transferiu para a União a receita gerada pela venda dos produtos fabricados no IOC, fundamental para a autonomia da instituição desde seus primórdios, tornando-o agora dependente exclusivamente dos repasses orçamentários efetuados pelo governo federal. Ademais, ficavam proibidas a fabricação e a venda de produtos de uso veterinário. Ainda em decorrência da reforma Capanema, o instituto perdia centralidade na

estrutura do Estado: se até então ele se inscrevia no segundo escalão do poder executivo (subordinado, inicialmente, ao Ministério da Justiça e, a partir de 1930, ao MES), com a reforma do ministério ele seria “rebaixado” a uma divisão do Departamento Nacional de Saúde.<sup>17</sup>

A busca de Evandro Chagas por uma fonte de financiamento externa ao IOC derivava também da falta de apoio a suas pesquisas por parte do novo diretor de Manguinhos, Antonio Cardoso Fontes, que substituiu Carlos Chagas em 1934. A situação, em parte, pode ser vista como uma “herança” dos conflitos entre Cardoso Fontes e Carlos Chagas, que remontavam à ascensão deste último na hierarquia do instituto desde a década de 1910.<sup>18</sup> O ambiente era, portanto, bem diferente do momento em que seu pai dirigiu o IOC: se Carlos Chagas considerou os estudos sobre a leishmaniose uma prioridade institucional, determinando a criação de uma comissão especial para investigá-la, Fontes parecia vê-los como um projeto meramente de Evandro Chagas.<sup>19</sup>

Para além da situação particular envolvendo a falta de apoio ao projeto de Evandro Chagas (ou, no mínimo, uma atitude ambígua em relação a ele) e das mudanças acima mencionadas quanto à autonomia financeira e administrativa do instituto, o IOC viveu durante a gestão de Cardoso Fontes uma fase de grande indefinição e turbulências quanto à sua própria identidade institucional e papel social, sob o impacto das transformações políticas e administrativas empreendidas por Vargas. Seguindo o movimento de centralização e fortalecimento do poder federal que caracterizava o novo governo, a ingerência do Estado na vida de Manguinhos já havia sido sentida desde a nomeação de Fontes, decidida pelo governo sem levar em conta a vontade dos pesquisadores, que o consideravam muito afastado da vida institucional e de pouco prestígio no meio acadêmico. Sem respaldo interno, Cardoso Fontes também foi frágil em suas conexões externas e sequer se fez ouvir durante os intensos debates que, ao longo de 1936, colocaram em xeque a própria vinculação da instituição com a saúde pública. Durante a tramitação da reforma ministerial, cogitou-se, com apoio do próprio Capanema, a transferência do IOC para o Departamento Nacional de Educação, vinculando-o à então criada Universidade do Brasil, e a criação de um Instituto Nacional de Saúde Pública, encarregado das atribuições assumidas até então pelo IOC nesse campo. Ainda que a proposta não tenha se concretizado, a discussão revelava a falta de consenso em torno dos caminhos para o IOC naquele novo contexto: transformar-se num centro de ciência “desinteressada” e de “alta cultura”, como Capanema valorizava em seu projeto para a universidade, ou preservar os vínculos históricos com a saúde pública? O projeto de Evandro Chagas apontava para a segunda direção.<sup>20</sup>

10

Evandro Chagas viu-se então diante da necessidade de recrutar novos aliados, valendo-se do capital simbólico e social que seu sobrenome lhe garantia junto às elites e lideranças políticas, ou grupos a elas relacionados. Foram suas relações pessoais que puseram o cientista em contato com o governador do Pará José Carneiro da Gama Malcher - “era filho do Carlos Chagas, quero dizer, já meio caminho andado”.<sup>21</sup> Como veremos adiante, a “herança” do pai também lhe renderia dividendos substanciais junto ao mecenato científico da época. A ideia de “meio caminho andado”, no entanto, sugere que a outra metade dependeria da forma como ele “aplicaria” o capital herdado às novas circunstâncias da época, de modo a singularizar sua própria carreira científica. Esse momento de inflexão na trajetória do filho do “grande Chagas” – que coincidia com um momento de inflexão também em Manguinhos – era, portanto, marcado por uma ambiguidade, ou por uma tensão essencial. Se o capital familiar recebido lhe permitia “encurtar caminhos”, como sugere Paraense, essa herança pressupunha a responsabilidade implícita (ou declarada) de “ter que” cumprir as expectativas impostas pelo pertencimento à trajetória que dera origem a esse capital simbólico. Face a tal encruzilhada, o estudo da leishmaniose no Pará se descortinava como a oportunidade mais desafiadora da trajetória de Evandro Chagas: era a chance de reconstruir a tradição institucional de Manguinhos em um espaço afastado (em muitos sentidos) dos conflitos e incertezas vividos na “sede”, mas a ela conectada, num ambivalente movimento de aproximação e distanciamento da “casa” de seu pai. Dessa ambiciosa aposta dependeria não só o futuro de sua carreira científica, mas, em sua visão, o da instituição da qual, em nome do pai, ele se colocava como herdeiro e continuador. Ao percorrer um novo caminho, contaria com antigos apoios, mas teria que conquistar novos aliados, sob dinâmicas que também lhe eram novidade.<sup>22</sup>

## A criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte

Firmado o acordo com o governador Malcher e o diretor geral de Saúde Pública do Pará Antônio Acatauassú Nunes Filho, Evandro Chagas procurou o deputado Aldebaro Klautau, advogado e membro da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa do Estado, para estabelecer as bases do projeto de lei para a criação do IPEN, que seria redigido juntamente com o deputado Antônio Emiliano de Souza Castro, membro da Comissão de Saúde Pública e professor catedrático de doenças tropicais da Faculdade de Medicina do Pará. O cientista se aproximou também de líderes de diferentes bancadas e acompanhou pessoalmente na Assembleia Legislativa a tramitação do projeto, apresentado em 27 de outubro de 1936. De acordo com o projeto original, todas as “operações de crédito” seriam de responsabilidade do governo do Pará, a quem caberia ainda entendimentos com o governo federal para obter auxílio financeiro. A emenda proposta pelo deputado (e médico) Jayme Aben-Athar substituiria “exercício financeiro” por “exercício de 1937”, o que significava que a verba do governo do Pará estava assegurada apenas para o primeiro ano de funcionamento.<sup>23</sup>

As negociações em nível local teriam impacto direto na correlação de forças em torno do projeto de Evandro Chagas, num momento em que a expansão e o fortalecimento do poder federal empreendidos pelo governo Vargas pressupunham sua maior articulação com os estados.<sup>24</sup> O ministro Capanema dirigiu um telegrama ao governador José Malcher solicitando urgência na criação do IPEN, “que se destinava a ampliar as atividades do Instituto Oswaldo Cruz, e assim, contribuir para a realização [...] de uma obra de alta significação nacional”.<sup>25</sup> O diretor do IOC, percebendo os dividendos que poderia auferir da iniciativa, também enviou um telegrama ao governador solicitando que fossem “ultimadas as providências que com seu alto critério de administrador se dignou [a] tomar para a instalação no Estado do Pará do IPEN”. Reiterando que o novo instituto representava “uma medida de grande alcance para a solução dos numerosos problemas de patologia regional”, sublinhou que a iniciativa vinha “ao encontro dos objetivos do IOC, que está vivamente empenhado nos estudos que lhe serão afetos e aos quais dará toda a cooperação de seus técnicos”. Ao mesmo tempo, deixou claro que seu apoio dependia dos recursos vindos do Pará: “aproveitando a oportunidade que se oferece agora da ida ao Pará do Dr. Evandro Chagas, eu me permito insistir junto a V. Excia. sobre a conveniência dessa instalação, esperando para a mesma o necessário patrocínio do governo do Estado”.<sup>26</sup> Fontes parecia ter compreendido os benefícios que a movimentação de Evandro Chagas poderia acarretar para o IOC e tentava somar-se àquela rede de associações que começava a arremessar aliados poderosos.

O IPEN foi fundado pela Lei n.59 de 10 de novembro de 1936, como um departamento da Diretoria Geral de Saúde Pública do Pará destinado a estudar os problemas médicos e sanitários da região Norte, em especial as endemias rurais, com vistas a orientar a profilaxia e a assistência médica de acordo com os programas estabelecidos pelos serviços sanitários estadual e federal. Apesar de sua jurisdição estadual, suas atribuições incluíam, além do Pará, os estados do Amazonas, Maranhão e Acre, e, conforme desejado por Evandro Chagas, a orientação técnica das pesquisas científicas caberia ao IOC, assim como a prerrogativa de escolher o diretor da instituição, em decisão conjunta com o governo do Pará.<sup>27</sup>

A associação entre os atores locais e o IOC determinaria também a composição do quadro funcional, para o qual seriam contratados preferencialmente médicos diplomados pelas escolas do Pará e aprovados em processo seletivo conduzido por especialistas do IOC. Os pesquisadores admitidos teriam que realizar, obrigatoriamente, estágio de seis meses em Manguinhos e trabalhar em regime de tempo integral, com disponibilidade para as viagens de campo. As seções de pesquisa e os serviços administrativos também seriam organizados sob a orientação do IOC. Evandro Chagas assumiu a coordenação técnico-científica do IPEN e a direção geral coube a Antônio Acatauassú Nunes Filho. Jayme Aben-Athar, que havia realizado pesquisas em Manguinhos sob a supervisão de Oswaldo Cruz para a conclusão de seu curso médico e era catedrático de Histologia e Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina do Pará, foi nomeado assistente técnico.<sup>28</sup>

O novo instituto foi instalado num casarão antigo alugado pelo governo do estado. Ao fim de seu primeiro ano de funcionamento, contava, além do setor administrativo, com um hospital “destinado ao internamento de doentes

que interessam à investigação científica”, biotérios e serviços complementares, como biblioteca, museu, desenho, fotografia e cursos. Também estavam organizados os laboratórios de protozoologia, bacteriologia, anatomia patológica e epidemiologia.<sup>29</sup> O IPEN nascia, assim, sob forte ingerência do IOC e inspirado em seu modelo institucional. A despeito de ter se articulado com as forças políticas locais para a aprovação do projeto, Evandro Chagas afirmava que a “interferência permanente do Instituto Oswaldo Cruz nos trabalhos do Instituto de Patologia Experimental do Norte” era imprescindível para manter a nova instituição científica protegida de “uma possível e provável interferência da política local”. Outra estratégia usada pelo cientista para diferenciar o novo instituto do universo local do Pará (apesar de estar estreitamente vinculado a ele) era afirmar que, contrariamente à expectativa comum da classe médica local, preocupada em “usufruir lucros na clínica privada”, o IPEN era um espaço em que a medicina estava voltada para a pesquisa e para os assuntos da saúde pública.<sup>30</sup>

A imprensa comemorou a criação, na região amazônica, de uma instituição científica que, à semelhança de Manguinhos, aliava produção de conhecimento e compromisso com o enfrentamento de problemas concretos de saúde pública. A ideia de “patologia regional” traduzia localmente o binômio doenças tropicais/endemias rurais que havia norteado o projeto científico e institucional de Manguinhos.<sup>31</sup> Num estado em que o crescimento econômico estava historicamente associado à extração e exportação do látex, o combate às enfermidades que prejudicavam a vitalidade do trabalhador rural assumia importância estratégica. O IPEN vinha assim imprimir novos significados a uma visão que o próprio Carlos Chagas havia propagado quanto ao saneamento da região amazônica. Em reportagem do Jornal do Brasil, a valorização da iniciativa, em seus contornos locais específicos, nutria-se de vários elementos do discurso sanitarista da década de 1910 sobre como a ciência iria “redimir” o “Brasil imenso hospital”. Vale acompanhar a longa citação:

*O norte, o gigantesco norte, possui também a sua patologia regional, digna de estudo, e fecunda em proventos para a medicina brasileira. Teremos o ensejo de conhecer entidades mórbidas julgadas inexistentes entre nós e, ao mesmo tempo de observar algumas, já conhecidas, porém imperfeitamente estudadas. (...) Depois, sanear! Eis a base com que devemos assentar solidamente o progresso humano. Populações esgotadas pelas enfermidades, legiões de anêmicos, impaludados, verminóticos, jamais poderão produzir. (...) Bendita a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte. (...) Pleitear junto ao governo da república, créditos e auxílios para o alevantamento econômico e embelezamento da Amazônia, sem amparar a saúde do povo, é o mesmo que querer transformar em salão de festas a dolorosa indigência de um hospital, onde a dor e o prazer não se acomodam (...). E ainda há quem fale em soerguimento financeiro da Amazônia, só pela alta da borracha e da castanha. Braços para trabalhar! Impaludados e verminóticos não podem sangrar seringais monstruosos para obter o látex milagroso que será transformado em ouro. (...).*<sup>32</sup>

É interessante observar que Evandro Chagas, ao demarcar a ingerência de Manguinhos sobre o IPEN, promovia o retorno do IOC à região amazônica sob as bandeiras sanitaristas da geração de seu pai, mas sob novas condições. As viagens científicas do IOC à Amazônia feitas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas foram incursões pontuais, motivadas por demandas econômicas e norteadas pelo objetivo de propor ou realizar medidas de saneamento com vistas a garantir condições de povoamento e de trabalho para a extração da borracha. As observações então realizadas produziram uma forte crítica sobre as condições sanitárias locais e sua relação com a proliferação de doenças, com destaque para a malária, considerada a “campeã de mortes”. Para Carlos Chagas, tal quadro estava relacionado à inexistência de estudos experimentais direcionados ao esclarecimento dessas enfermidades regionais, pois algumas doenças, apesar de já amplamente estudadas (como a malária), apresentavam-se nessas localidades sob modalidades específicas, em razão de condições ambientais particulares. A falta de assistência médica foi outro ponto destacado por Carlos Chagas, já que os poucos médicos da região se concentravam na capital, visitando o interior em situações extremas, como no caso de epidemias.<sup>33</sup>

Evandro Chagas pretendia fazer da atividade científica, orientada pelo IOC e voltada para ações concretas de saneamento, uma prática permanente na região amazônica. Para tanto, o treinamento de pessoal era, assim como havia sido na criação do IOC, um elemento central. O regulamento do IPEN previa a realização de cursos de especialização e aperfeiçoamento em doenças tropicais para estudantes das duas últimas séries do curso médico. Previa-se também

que os pesquisadores que compunham sua equipe frequentassem os célebres “cursos de aplicação” do IOC, para formação especializada no estudo de doenças tropicais.<sup>34</sup> A ideia era constituir, portanto, uma jovem geração de médicos sanitariastas nessa região, garantindo o desenvolvimento de uma tradição de pesquisa que sobrevivesse ao momento inicial de sua criação. Outra determinação prevista em seu regulamento era a publicação de um periódico próprio, as *Memórias do Instituto de Patologia Experimental do Norte*, destinado à divulgação dos trabalhos científicos do instituto.<sup>35</sup>

Num momento em que o saneamento da região amazônica assumia grande importância econômica e política para o governo Vargas, em seu projeto de colonização, povoamento e desenvolvimento econômico de regiões vistas como desabitadas,<sup>36</sup> a perspectiva de fornecer soluções concretas a demandas da saúde pública vistas como centrais a um determinado projeto de nação aproximava o IPEN de uma das principais características do modelo institucional de Manguinhos. Além de angariar legitimidade ao atender às demandas dos serviços sanitários estadual e federal, o instituto também responderia a solicitações de particulares, como os fazendeiros da Ilha de Marajó, que recorreram a Evandro Chagas para combater uma doença que atacava seus rebanhos, conhecida como “mal das cadeiras”, e que prejudicava seriamente as atividades econômicas da região. Apesar de priorizar os problemas médicos da região Norte, o IPEN estudaria enfermidades que também se mostravam endêmicas em outros pontos do país, garantindo assim um programa de pesquisa que, a despeito de voltar-se às demandas locais, não se restringia a elas. Em mais uma convergência com o modelo do IOC, o IPEN distinguia-se por sua capacidade de identificar problemas sanitários prementes e estabelecer novas áreas de investigação científica, como no caso da leishmaniose.<sup>37</sup>

Foi a partir desta base local em Belém que Evandro Chagas pretendia levar adiante seu projeto mais ambicioso, que mirava “a grande obra de saneamento do Brasil”, o Serviço de Estudo de Grandes Endemias. O plano consistia, fundamentalmente, na criação de uma rede de instituições de pesquisa em diversas regiões do país, a exemplo do IPEN. O cientista estabeleceu uma divisão do território nacional em quatro setores: norte, compreendendo os estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão (já contemplado com o IPEN); nordeste, abarcando os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia; centro, abrangendo o Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso; e o setor sul, incluindo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os institutos de pesquisa seriam sediados, respectivamente, em Belém, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em cada estado dos diversos setores seriam criados laboratórios, atrelados ao instituto de pesquisa de sua região. A coordenação científica de todos os institutos regionais seria feita pelo IOC.<sup>38</sup> A ideia de uma rede de organizações que aliava pesquisa aos serviços sanitários locais, distribuída em todo o território nacional, correspondia ao movimento de expansão do Estado que Carlos Chagas havia iniciado em sua gestão na saúde pública federal e que seria aprofundado sob as novas estruturas administrativas criadas pelo MES. Evandro Chagas diria à mãe: “É muito bom ver que tudo isto nada tem de original, mas constitui somente uma velha ideia e um velho sonho de Paizinho. Sinto-me muito feliz em poder realizá-lo”.<sup>39</sup>

13

## Obstáculos e tensões para a sobrevivência do IPEN

Paralelamente aos trabalhos de instalação do novo instituto, Evandro Chagas tentou a colaboração de outros estados para a criação de centros de pesquisas à semelhança do IPEN. A proposta foi bem recebida pelo governador do Amazonas, Álvaro Maia, que se comprometeu a equipar um laboratório em Manaus, custear suas despesas e fornecer o transporte (fluvial e aéreo) para as investigações de campo e para remeter o material recolhido a Belém. Dois médicos foram colocados à disposição do IOC. Um deles, Benedito Bezerra, auxiliar do Departamento de Saúde Pública do Amazonas, realizou treinamento no IOC a fim de iniciar as pesquisas. Esse acordo com o governo do Amazonas só foi possível porque, mais uma vez, o cientista recorreu às forças políticas locais, na figura de Álvaro Maia.<sup>40</sup>

Benedito Bezerra iniciou o trabalho em condições muito precárias, tendo a sua disposição apenas uma lancha da Diretoria de Saúde Pública, que, equipada com um microscópio portátil (trazido de Belém) e alguns utensílios, funcionava como uma espécie de laboratório móvel. Após um ano de negociação junto ao governo do Amazonas e com as pesqui-



sas em andamento, o projeto de organização do laboratório não avançou na Assembleia Legislativa do estado, sob a justificativa de falta de verba. Para Evandro Chagas, a suspensão do acordo tinha implicações que iam além da dimensão local, pois serviria para alimentar as resistências que enfrentava no IOC. Novamente, ele teria que recorrer a sua rede de relações pessoais, que incluía a mãe, a quem desabafou e pediu ajuda para uma intermediação com Capanema:

*Estou desde ontem com a cara enorme, mas não desanimei porque acho que arrumo as coisas. Imagine que o governador do Amazonas, depois de tudo combinado e depois de eu ter começado a trabalhar lá, roeu a corda. Ao Rio já havia dado conhecimento de todo o arranjo, e, com a vontade que, você sabe, existe sempre no Instituto [Oswaldo Cruz] de fazerem campanha contra mim e meu trabalho, esta vai ser uma boa oportunidade, se não conseguir aguentar a coisa. Hoje telegrafei ao Diretor do Instituto e a você, mas não tenho confiança em que sejam tomadas por Manguinhos as providências que peço, de modo que você fará o favor de fazer com que o Ministro não deixe de telegrafar a Manaus.<sup>41</sup>*

Ainda que a direção do IOC tenha manifestado apoio ao IPEN quando de sua criação, Evandro Chagas via em Cardoso Fontes uma assistência meramente formal, que não se expressava em recursos para as pesquisas sobre a leishmaniose visceral ou em serviços que dessem sustentação ao trabalho de campo. Como estratégia para minimizar a carência de suporte por parte do Rio de Janeiro, o cientista buscava demonstrar poder aos atores locais: "(...) o avião que vem aqui buscar o material e que me leva e traz de Belém, quando necessário, dá ao pessoal a impressão de uma força enorme. Imagine se soubessem que vivemos aqui completamente abandonados e esquecidos dos nossos diretores e que nem sequer nos pagam os vencimentos a que temos direito".<sup>42</sup>

Apesar das associações em Belém, Evandro Chagas não podia dispensar o apoio de Manguinhos, até mesmo para que os acordos locais fossem cumpridos: "é sempre o diretor do Instituto Oswaldo Cruz que traz um grande prestígio a qualquer instituição".<sup>43</sup> Sua principal estratégia era tentar convencer Fontes a visitar "os nossos serviços do interior" na Amazônia: "Ele não pode deixar de ter boa impressão, porque os técnicos do Instituto de Patologia estão cada dia mais acima das minhas expectativas". A tarefa não era fácil, pois Fontes tinha a saúde debilitada e idade avançada, mas Evandro Chagas esperava que ele pudesse ver com os próprios olhos os sacrifícios aos quais tais técnicos se submetiam: "Trabalham demais. Imagine que estão há dois meses sem vencimentos nem diárias e nenhum só faltou ao serviço até agora ou reclamou contra a situação. Um deles está ameaçado de ser posto para fora da pensão (...)".<sup>44</sup>

Evandro Chagas tinha grande preocupação com a gestão financeira do IPEN, pois os repasses do governo estadual eram feitos com irregularidade. O pagamento das diárias para a pesquisa de campo era um problema especialmente costumeiro. Além do atraso que representavam para a execução das investigações, o cientista temia que tais dificuldades comprometessem o envolvimento e o entusiasmo dos jovens pesquisadores. Ao saber que o governo havia cancelado "a diária dos rapazes que estão em Abaeté" e que os ordenados de dezembro de 1936 não tinham sido pagos, ele apelou ao diretor do IPEN para que intercedesse junto ao governador: "Os vencimentos que têm são insignificantes e, se desde o início começam a ter decepções dessa natureza, fatalmente perderão uma grande parte do estímulo". Evandro Chagas sugeriu que a solicitação a Malcher fosse feita "em nome do Instituto Oswaldo Cruz".<sup>45</sup> Se Fontes não ajudava financeiramente, pelos menos o nome de Manguinhos era um capital que o filho de Carlos Chagas podia empenhar.

À mãe, ele relatava de modo recorrente as dificuldades que enfrentava para se manter na região, numa narrativa que realçava o sentido "heroico" de sacrifício exigido para "honrar" a tradição da família: "mandei as contas há dez dias, tenho que pagar ordenados e uma porção de outras coisas e ainda não recebi coisa alguma. Nem o hotel pude pagar na semana passada e o governo do Estado não me pode mandar mais". Apesar da "privação", reiterava estar disposto a tudo para "conservar o pessoal que trabalha com a gente ignorante das dificuldades no sul para que não se encha de desânimo".<sup>46</sup>

Uma alternativa para contornar tais dificuldades foi recorrer ao patrocínio privado de Guilherme Guinle. Este era mais um patrimônio decisivo na herança familiar de Evandro Chagas.<sup>47</sup> Nesse caso, o capital social herdado se reverteria não apenas em capital simbólico ou político, mas efetivamente em capital financeiro. As doações mensais

do empresário, a chamada “verba Guinle”, seriam usadas para o pagamento de pessoal, custeio das excursões de campo e, eventualmente, para gastos com transporte e compra de material. Além disso, era uma fonte de recursos que possibilitava ao cientista escapar dos trâmites burocráticos da máquina pública.<sup>48</sup>

O corte orçamentário feito pelo governo do Pará logo após o primeiro ano de funcionamento do IPEN agravou a já frágil situação financeira do instituto e obrigou Evandro Chagas a buscar novos aliados no âmbito da política. Em setembro de 1937, procurou os deputados federais Arthur Neiva e José Antônio de Figueiredo Rodrigues na expectativa de que apresentassem um projeto de subvenção anual do governo federal ao IPEN.<sup>49</sup> Arthur Neiva, que havia colaborado com Carlos Chagas no estudo da tripanossomíase americana no IOC e havia chefiado o Serviço Sanitário de São Paulo, era um parlamentar diretamente envolvido, no Congresso Nacional, com pautas da ciência e da saúde pública.

A visita do presidente Vargas a Manguinhos, em outubro de 1937, favoreceu a visibilidade do trabalho de Evandro Chagas. Mais uma vez, apesar de não apoiar efetivamente o filho de Carlos Chagas, Fontes se valeria de seus projetos para valorizar sua própria gestão no instituto. Apresentou o SEGE como vitrine das novas “conquistas” de Manguinhos – em especial os estudos sobre a leishmaniose visceral americana, uma “nova doença humana” de importância vital para a saúde dos trabalhadores rurais.<sup>50</sup> Vargas percorreu diversos laboratórios e “ouviu atenciosamente as explicações dadas pelos diferentes técnicos sobre suas especialidades”. Conforme relato de Leoberto de Castro Ferreira (pesquisador do IOC que integrava a equipe do SEGE) a Evandro Chagas, que não estava presente em Manguinhos nesse dia, “o Dr. Fontes não silenciou o seu esforço e trabalho, tendo mesmo levado ao detalhe as explicações sobre este assunto”, pedindo inclusive que ele, Ferreira, “desenhasse o mapa representando graficamente o seu plano da fundação de diversos institutos regionais subordinados a Manguinhos com o fim de difundir os conhecimentos nacionais de patologia”. Ferreira contou ainda que Fontes colocou o mapa na sala da diretoria, para mostrá-lo a Vargas, “servindo de motivo para que fizesse uma exposição dos trabalhos e pesquisas por você orientados e também justificasse o crédito há pouco pedido no Congresso para atender a tal fim”. Vargas teria demonstrado interesse em “prestigiar qualquer pretensão que tivesse por fim consolidar os trabalhos já iniciados”. Arthur Neiva, que como vimos havia sido procurado por Evandro Chagas para apresentar no parlamento um projeto de subvenção federal ao IPEN, acompanhou Vargas na visita e foi “uma ótima fonte de informação para todas as perguntas formuladas pelo Presidente”.<sup>51</sup>

Após a visita de Vargas, Evandro Chagas prosseguiria em suas solicitações para garantir apoio federal a seu projeto. Em dezembro de 1937, recorreu mais uma vez a Capanema, a quem pediu que intervisse junto ao governador do Pará contra a redução do orçamento do instituto.<sup>52</sup> Dirigiu-se também ao Ministro da Justiça e ao próprio Vargas: “Tive hoje a oportunidade de dar conhecimento de toda a situação ao Presidente da República que prometeu solução para amanhã. Ontem tive do Ministro da Justiça a promessa de telegrafar novamente ao Dr Malcher”.<sup>53</sup>

Iris Lobo Chagas, mãe de Evandro, não era apenas a destinatária dos seus habituais “desabafos” postados do norte do país. Ela era personagem central na rede de relações e negociações junto aos interlocutores que o filho buscava sensibilizar para seu projeto. Foi ela quem intermediou o contato com Figueiredo Rodrigues, tendo telegrafado “diversas vezes” à esposa do deputado a fim de que este agendasse um encontro com o cientista para discutir a apresentação do projeto de subvenção ao IPEN.<sup>54</sup> Antes de se reportar diretamente a Vargas, Evandro Chagas já havia feito o pedido à mãe, o que nos faz imaginar que ela de fato tenha ajudado a promover a aproximação entre eles: “seria de vantagem que você que procurasse obter de nossos conhecidos aí [no Rio de Janeiro] interferência junto ao Presidente da República de modo a ser resolvido o caso da subvenção ao Instituto”.<sup>55</sup>

Além de esposa de Carlos Chagas, D. Íris tinha seu próprio capital social familiar: era filha de um ex-ministro e senador da República, Fernando Lobo Leite Pereira, e seu irmão, Hélio Lobo, era diplomata de carreira. Esse leque de relações certamente lhe garantia acesso privilegiado às elites políticas, ou ao menos às esposas (como no caso de Figueiredo Rodrigues). A proximidade com personalidades da política vinha também das relações familiares do irmão. Carlos Chagas Filho era casado com Anna Leopoldina de Melo Franco, filha de Afrânio Melo Franco, ministro das Relações Exteriores entre 1930 e 1933 e com quem Carlos Chagas, o pai, havia mantido relações – em especial em sua atuação internacional na Liga das Nações. Afonso Arinos de Melo Franco, cunhado de Carlos Chagas Filho, mantinha estreitas relações com o ministro Capanema.

Apesar dos esforços para que a questão fosse resolvida, Evandro Chagas e a diretoria do IPEN já anteviam as consequências de uma drástica redução de gastos. Ainda que a “verba Guinle” garantisse o custeio das excursões de pesquisa, o corte afetaria principalmente o quadro de funcionários. Ao discutir com Evandro Chagas a redistribuição de recursos caso houvesse a restrição, o diretor Acatauassú Filho indicava uma perda importante: “O Dr. Aben-Athar optou por outro emprego, e atualmente o cargo de assistente-chefe não pode ser preenchido”.<sup>56</sup> Evandro Chagas acreditava que o corte de verbas por parte do governo do Pará correspondia a uma expectativa frustrada acerca dos propósitos do IPEN. Em sua opinião, as autoridades governamentais “não conseguiram ainda penetrar a vantagem da existência do instituto de pesquisas” pois esperavam “um instituto para o fabrico de vacinas e soros, ou uma repartição para tratamento e profilaxia das doenças (...)”, isto é, apostavam em resultados imediatos às demandas sanitárias da região. “[Alguns] achavam mesmo que seria mais um elemento para a colocação dos amigos e dos correligionários”. Ele reconhecia: “Todos os que pensaram de jeito ou de outro estão evidentemente decepcionados e afirmam não haver vantagem em gastar tanto dinheiro para tirar sangue, furar barriga de cachorro e pegar mosquito”.<sup>57</sup> Assim como nos primórdios do IOC, era um desafio convencer as autoridades de que o valor da ciência – inclusive em sua utilidade para a saúde pública – ia muito além do sentido imediato de “aplicação”.

Apesar das reiteradas afirmações de que tudo era feito para honrar a memória e a história de Carlos Chagas, o enfrentamento das adversidades e das contingências era usado por Evandro como argumento para singularizar e legitimar sua própria trajetória. Sua narrativa sempre transmitia a ideia de que se sacrificava em um trabalho solitário, por conta própria, “sem o auxílio de ninguém”.<sup>58</sup> Essa “escrita de si” era construída, não à toa, sobretudo nas cartas à mãe, na quais a descrição dos entraves vinha acompanhada da valorização das conquistas, numa combinação discursiva que mesclava a envergadura da dívida com o pai e, como a outra face da moeda, os méritos individuais do filho que estava à altura e não poupava esforços para honrar tal dívida. O IPEN era, portanto, a representação de um projeto institucional carregado de sentidos pessoais para o herdeiro de Carlos Chagas, que se vangloriava “de ter mostrado a gente e aos governos o que deve e o que poderá ser feito por este pedaço de nossa terra”.<sup>59</sup>

16

A mobilização de Evandro Chagas para contornar as ameaças financeiras ao IPEN renderia frutos. No início de 1938, os deputados Arthur Neiva e Figueiredo Rodrigues conseguiram no Congresso Nacional a aprovação de uma verba de 120 contos, destinada “ao serviço especial de inquéritos e pesquisas sobre as grandes endemias do Brasil”, o SEGE, que abrangia o IPEN.<sup>60</sup> Logo em seguida, Evandro Chagas teve uma audiência com Getúlio Vargas, que resultou na concessão de outro crédito, de 300 contos, em caráter extraordinário, a fim de que o cientista elaborasse novos planos de pesquisa.<sup>61</sup> A aquisição desse subsídio federal teve importância capital para a manutenção e mesmo expansão das atividades de pesquisa de Evandro Chagas, num momento crucial para a visibilidade das endemias rurais na agenda da política sanitária do governo Vargas.

Em 1938, uma grande epidemia de malária causada pelo *Anopheles gambiae* nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte levou o governo federal a instituir uma intensa campanha de combate à doença, conduzida pelo Serviço de Malária do Nordeste em cooperação com a Fundação Rockefeller. Evandro Chagas, em virtude das pesquisas que o SEGE realizava no Ceará, participaria diretamente desse empreendimento que viria a se tornar o emblema de uma perspectiva otimista quanto às possibilidades de eliminação de doenças transmitidas por vetores.<sup>62</sup> No entanto, discordaria dos métodos empregados por Fred Soper, da Fundação Rockefeller, para quem o combate à epidemia deveria centrar-se no ataque ao vetor sob a perspectiva da erradicação. Evandro Chagas, por sua vez, considerava fundamental avaliar a dimensão epidemiológica da doença em correlação aos aspectos socioeconômicos que condicionavam o agravamento dos casos. Além disso, Evandro não estava de acordo com o próprio procedimento para combater o vetor, pois defendia que fossem privilegiados os domicílios (conforme teoria estabelecida por seu pai) e não os focos criadouros, como recomendava Soper. Em virtude de tais divergências, deixaria a campanha em 1940.<sup>63</sup>

A campanha contra o *gambiae*, apesar de afastar temporariamente Evandro Chagas de Belém, foi uma experiência importante para o treinamento da equipe que o cientista vinha constituindo no IPEN e no SEGE. Além de empreender o estudo da leishmaniose visceral americana como carro-chefe do IPEN (assim como o estudo da tripanossomíase americana descrita pelo pai havia sido o carro-chefe do IOC), um dos objetivos primordiais do novo instituto era promover

a formação de jovens médicos, que constituiriam a primeira geração de pesquisadores da instituição. Assim como nos tempos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, este era um caminho imprescindível para a reprodução institucional de um centro de pesquisa que buscasse ir além de um instituto aplicado. O IPEN, vencidas as barreiras iniciais para sua continuidade, de fato se tornaria uma das primeiras escolas de pesquisadores em saúde pública na região amazônica. Ali se criou um espaço para carreiras e práticas científicas que aliavam trabalhos de campo e de laboratório voltados ao estudo e ao enfrentamento da “patologia regional”, e que justamente por isso conferiam legitimidade à dimensão acadêmica destas contribuições à medicina tropical em nível nacional e internacional. Alguns dos discípulos de Evandro Chagas se destacariam, pouco tempo depois, nos campos da saúde pública e da ciência nacional, como Leônidas Deane e Maria Deane, Felipe Nery Guimarães e Wladimir Lobato Paraense, cujas trajetórias – não apenas no Norte, mas em outras latitudes – seriam decisivas para tornar esse espaço de ciência criado na “periferia” do país um centro pujante de pesquisa biomédica que sobrevive até os dias de hoje.<sup>64</sup>

## O Plano de Valorização da Amazônia

A ideia de estudar a malária na região amazônica era um antigo projeto de Evandro Chagas. Mesmo tendo como foco inicial a leishmaniose visceral, o cientista orientava os pesquisadores do IPEN, em suas excursões de campo, a observar as doenças de maior incidência e a coletar material para pesquisa. Desde 1937, o cientista acumulava dados abundantes sobre a malária e tencionava elaborar um plano de pesquisa sobre a doença, vista como “símbolo” dos problemas sanitários do Norte e cujo estudo traria grande prestígio político ao recém-criado instituto. Dada a complexidade e extensão da doença, ele decidiu estudar seus aspectos parciais, contando com o auxílio da 2ª Delegacia Federal de Saúde (DFS), que cederia material e pessoal técnico para a coleta dos índices epidemiológicos fundamentais.<sup>65</sup> A campanha contra o *Anopheles gambiae* no nordeste traria novo impulso aos projetos de Evandro Chagas para o estudo da malária na região amazônica.

Em julho de 1940, ele planejou um inquérito sobre a doença nos estados do Pará e do Amazonas.<sup>66</sup> A proposta foi levada a cabo com a assinatura de um acordo de combate à malária entre a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, a 2ª DFS e o IPEN. Aos primeiros caberia o provimento de pessoal e material e o plano de execução, e ao IPEN caberiam as investigações científicas do inquérito.<sup>67</sup> O cientista também apresentou seu plano de pesquisa ao ministro Capanema, reforçando sua intenção em fornecer subsídios para a organização de uma campanha de combate à malária na Amazônia e defendendo de modo enfático a precedência do conhecimento epidemiológico para a orientação e a execução do empreendimento.<sup>68</sup>

Entretanto, assim como durante a campanha contra o *gambiae* no Nordeste, Evandro Chagas enfrentaria divergências com os profissionais dos serviços de saúde. Se houve um consenso inicial entre ele e Valério Konder (delegado federal de saúde da 2ª região) para assentar as bases do inquérito, sua forma de execução seria objeto de discórdia entre seus principais articuladores. Para Evandro Chagas, o inquérito deveria seguir as diretrizes estabelecidas no plano de saneamento para a Amazônia proposto por seu pai, em 1913.<sup>69</sup> Já Konder, segundo o cientista, teria sido taxativo ao afirmar que “a orientação da DFS é no sentido de obter meios imediatos para a realização da campanha contra a malária no vale amazônico e não no sentido de realizar pesquisas”.<sup>70</sup> Segundo a narrativa de Evandro Chagas, o pragmatismo de Konder contrastava com os princípios metodológicos que ele defendia como cientista. Outra fonte de conflito entre o gestor e o cientista era o fato de Konder apresentar o projeto como uma iniciativa da DFS, reivindicando, consequentemente, a direção dos trabalhos.<sup>71</sup>

A posição de Evandro Chagas se fortaleceu quando, em outubro de 1940, Vargas visitou o IPEN e anunciou publicamente seu apoio ao projeto, expressando entusiasmo com os trabalhos desenvolvidos pelo cientista.<sup>72</sup> Em 5 de novembro foi oficializada a Comissão de Saneamento do Amazonas, formada por Evandro Chagas, João de Barros Barreto (diretor do Departamento Nacional de Saúde), Ernani Agrícola (diretor da Divisão de Saúde Pública do DNS),

Valério Konder (2ª DFS) e Felipe Nery Guimarães (pesquisador do SEGE). Manoel Ferreira, ex-diretor do Serviço de Malária do Nordeste, seria incorporado posteriormente à equipe. Atento às reformas então empreendidas no MES e que levariam à criação dos Serviços Nacionais em 1941, a expectativa de Evandro Chagas era a de que o estudo e o combate da malária no Norte dessem origem a um plano de maior envergadura, passível de ser estendido a todo o território nacional.<sup>73</sup>

Contudo, o cientista sabia que haveria de enfrentar divergências: ele e Ernani Agrícola defendiam a necessidade de um estudo minucioso das condições epidemiológicas da malária no vale amazônico como base para as ações de saneamento, enquanto Barros Barreto e Konder achavam que o plano poderia ser aprontado e executado imediatamente. Em uma das últimas anotações em seu diário, o pesquisador do IOC escreveu: “Estamos convencidos de que certamente teremos dificuldades em chegar a um acordo com Dr. Barros Barreto”.<sup>74</sup>

Dois dias após, o avião que transportava Evandro Chagas em uma de suas inúmeras idas e vindas entre o sul e o norte do país se chocou com outra aeronave e caiu sobre a Baía de Guanabara, interrompendo de modo brusco e dramático a sua vida, aos 35 anos.<sup>75</sup> Por se tratar de uma trajetória inspirada no exemplo do pai e no compromisso de dar continuidade seu ao legado no IOC, vale o registro de que seis anos antes, também num 8 de novembro, Carlos Chagas veio a falecer, em casa, nos braços do filho mais velho. A nefasta coincidência vinha reforçar, de modo muito simbólico, o percurso dessas duas biografias tão entrelaçadas familiar e profissionalmente.

## Considerações finais

A atuação de Evandro Chagas na Amazônia expressou sua tentativa de dar continuidade ao modelo institucional de ciência construído em Manguinhos desde sua criação: a produção de conhecimentos em estreita articulação às demandas da saúde pública, modelo este que vinha sendo posto em questão face às mudanças político-institucionais do Estado brasileiro a partir de 1930. Buscando articular-se aos novos atores políticos e às burocracias especializadas do aparato estatal do governo Vargas, o filho de Carlos Chagas esperava que tais associações lhe permitissem reconfigurar, ainda que sob novos formatos, o protagonismo dos cientistas como “mentores” das políticas sanitárias, já que sua condução e execução eram, a partir de então, prerrogativas de profissionais específicos do campo da saúde. Contudo, seriam associações tensas e desafiadoras.

Apesar de defender uma visão de ciência articulada à saúde pública, o lugar e as práticas que Evandro Chagas atribuía aos cientistas nessa articulação (reproduzindo o modelo do pai) contrastavam com o papel então assumido pelos gestores da saúde. Se o “herdeiro” da tradição de Manguinhos encontrava dificuldades para fazer valer seu projeto de ciência no próprio IOC, imerso na indefinição quanto a sua face pública e a seu modelo institucional, os atores institucionais da saúde pública, por sua vez, gozavam de grande poder e centralidade nas novas estruturas políticas do governo Vargas. Já que não podia, portanto, dispensar estes “aliados”, Evandro Chagas buscava ao menos diferenciar-se deles afirmando sua competência e superioridade como “cientista”: era recorrente a ideia de que os gestores da saúde pública se pautavam pelo pragmatismo de uma “política de resultados” ao invés de basear tais ações em investigações científicas bem fundamentadas.

Os diversos limites interpostos aos anseios (certamente bastante personalistas) de Evandro Chagas por reconstruir a agenda de estudo e combate às endemias rurais o levariam inclusive a vislumbrar a possibilidade de realizá-la fora de Manguinhos. Em julho de 1940, concomitantemente aos preparativos para o inquérito sobre a malária no vale amazônico, Capanema apresentou a Evandro Chagas um esboço da reforma dos serviços federais de saúde que ocorreria no ano seguinte.<sup>76</sup> De acordo com os registros do cientista, o ministro pendia entre duas possibilidades: criar o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), que concentraria as atividades de pesquisa aplicada e a formação de sanitaristas; ou criar institutos de pesquisa independentes voltados a diversas especialidades médicas. Contrário à ideia do INSP e firme em seu propósito de preservar a agenda de estudos sobre as endemias rurais face à persistente indefinição

quanto ao lugar de Manguinhos, o cientista sugeriu então “retirar” o SEGE do IOC e transformá-lo no Instituto Nacional de Doenças Tropicais.<sup>77</sup> O novo instituto funcionaria como um órgão encarregado de realizar pesquisas aplicadas para o Departamento Nacional de Saúde e ficaria diretamente subordinado ao MES. Capanema aceitou a proposta. Quanto ao IOC, seria transferido para a Divisão de Ensino Superior do MES.<sup>78</sup>

Em outubro de 1940, tendo apresentado toda a estrutura e o cronograma de funcionamento do Instituto Nacional de Doenças Tropicais, Evandro Chagas recebeu o “sinal verde” de Capanema.<sup>79</sup> Aos 7 de novembro, no entanto, foi informado de uma reviravolta surpreendente. Face a ajustes impostos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público à proposta de reforma do MES, o ministro passou a cogitar reunir, no IOC, as atribuições de todos os institutos de pesquisa que pretendia criar, dando a ele, Evandro Chagas, a direção dos trabalhos. O cientista procurou imediatamente o ministro, “a fim de convencê-lo do absurdo do projeto e da impossibilidade de ser o Instituto Oswaldo Cruz transformado em tal organização”. No entanto, registrou em seu diário: “Não nos foi possível falar hoje com o Ministro”.<sup>80</sup> A morte de Evandro Chagas, ocorrida no dia seguinte, impôs um novo revés a este processo que já se fazia sinuoso.

O fato é que o trágico evento não afastou a família Chagas do IOC. Apesar de estar desvinculado de Manguinhos desde 1937 (quando assumiu a cátedra de física biológica e o laboratório que daria origem ao Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil) e de nunca ter realizado pesquisas sobre doenças rurais, Carlos Chagas Filho substituiu o irmão na direção do SEGE e comandou a finalização do inquérito sobre a malária na Amazônia.<sup>81</sup> Segundo Chagas Filho, sua volta a Manguinhos deveu-se a uma solicitação de Vargas, que temia que a morte de Evandro desarticulasse o SEGE em virtude da falta de apoio efetivo por parte da direção do instituto. Entretanto, a presença do filho mais novo de Carlos Chagas no IOC assumiu um objetivo maior do que a manutenção do SEGE. Convidado por Capanema a elaborar um plano de reestruturação do instituto, Carlos Chagas Filho trouxe novo fôlego à ideia de transformá-lo num instituto de pesquisa sob o modelo universitário, sem vínculos diretos com a saúde pública.<sup>82</sup> Apesar de a pesquisa sobre as endemias realizada no SEGE (e no IPEN) estar contemplada neste projeto, tratava-se de uma concepção de ciência bem distinta da que defendera Evandro Chagas, para quem os laços com a saúde pública eram o que conferia identidade à casa de Oswaldo Cruz.

A convergência entre duas dinâmicas distintas, no plano internacional e no plano nacional, traria novas direções a esse processo. Valendo-se, entre outros fatores, da visibilidade internacional da campanha contra a malária no nordeste e do otimismo internacional quanto à possibilidade de enfrentamento das doenças tropicais, o movimento de centralização e expansão do Estado brasileiro no campo da saúde pública atingiu seu ápice com a criação, em 1941, dos Serviços Nacionais, fortalecendo ainda mais o Departamento Nacional de Saúde e seu diretor no âmbito do MES.<sup>83</sup>

A conjuntura da guerra, por sua vez, com o alinhamento do Brasil aos Aliados em janeiro de 1942, vinha reforçar a importância política das ações sanitárias rurais, especialmente nas regiões produtoras de matérias-primas estratégicas ao esforço de guerra, como a preciosa borracha da Amazônia ou os minérios das Gerais. Para implementar tais ações, foi criado neste ano, em decorrência dos chamados “acordos de Washington”, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral dos governos brasileiro e estadunidense que teria grande impacto na saúde brasileira para além do contexto da guerra.<sup>84</sup> O plano de saneamento da Amazônia e o IPEN seriam incorporados à nova agência já em 1942. Recebendo o nome de seu criador em 1940, o Instituto Evandro Chagas seguiria o caminho traçado em sua origem como um centro de excelência em pesquisa biomédica não só da região amazônica, mas de todo o país.

Em Manguinhos, o ano de 1942 trouxe a oportunidade que se esperava para a nomeação de um novo diretor, com a deterioração da saúde de Cardoso Fontes. No entanto, esse nome não foi o de Carlos Chagas Filho, como queria Capanema. As novas demandas da saúde pública nacional e global sepultaram mais uma vez os planos de tornar o IOC uma instituição universitária. O novo diretor foi Henrique Aragão, indicado pelo todo poderoso diretor do Departamento Nacional de Saúde João de Barros Barreto. Representante da primeira geração de discípulos de Oswaldo Cruz, Aragão era um antigo desafeto de Carlos Chagas, mas, ironicamente, foi exatamente sob a sua gestão que o projeto de Evandro Chagas de reconstruir a tradição de seu pai passaria a ser efetivamente uma prioridade institucional. O SEGE, transformado em Divisão de Estudos de Endemias, se tornaria o carro-chefe da agenda de Manguinhos mediante a criação de

postos de pesquisa para estudo e combate às endemias rurais em diversas regiões do país, como planejara Evandro Chagas. Um desses postos, que traria grande visibilidade ao IOC, seria justamente destinado a estudar a doença de Chagas em Minas Gerais.<sup>85</sup>

Contando com grande apoio financeiro do governo federal e visibilidade pública como instituição a participar do esforço de guerra, o IOC voltava assim aos trilhos de sua tradição como centro de ciência comprometido com os grandes temas da nação e a agenda da saúde pública nacional. A “família Chagas” continuaria sendo decisiva nesse processo, ainda que desta vez os laços não fossem “de sangue”: Emmanuel Dias, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstia de Chagas (posto do IOC criado em 1943 na cidade mineira de Bambuí), que se tornaria um marco no reconhecimento científico e social da tripanossomíase americana, havia sido, junto a Evandro, um dos principais discípulos de Carlos Chagas. Era seu afilhado de batismo.

A trajetória de Evandro Chagas, em seus projetos e também nos limites e tensões que enfrentou para empreendê-los, foi representativa dos processos mais amplos de institucionalização tanto da ciência quanto da saúde pública no Brasil, nesse período histórico de grandes transformações que foi a era Vargas. A partir da década de 1930, a ciência brasileira percorreria novos caminhos, muito além dos muros e das famílias de Manguinhos, em novos espaços e novos circuitos de produção e de legitimação. A criação das universidades como espaços de pesquisa e formação de carreiras científicas foi um marco dos novos processos de afirmação social da atividade científica, que se aprofundariam no pós-Segunda Guerra. No âmbito da saúde, o mesmo aconteceu com a progressiva expansão do aparato burocrático-estatal do Ministério da Educação e Saúde. A negociação com os novos atores e as novas dinâmicas que surgiam nestes espaços, muitas vezes vista por Evandro Chagas como uma limitação a suas expectativas, foi precisamente o caminho histórico pelo qual a ciência brasileira – inclusive a “ciência de Manguinhos” – seguiria seu caminho de afirmação social e institucionalização.

## Notas e referências bibliográficas

Danielle Cristina dos Santos Barreto é mestre em história das ciências pela Fiocruz e professora da rede estadual e municipal de ensino do Rio de Janeiro. E-mail: daniellecristinabarreto@yahoo.com.br

Simone Petraglia Kropf é professora e pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). E-mail: simone.kropf@fiocruz.br

- 1 Carlos Chagas, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), notabilizou-se pela descrição, em 1909, da doença que leva seu nome, tendo identificado também seu agente causal (o parasita *Trypanosoma cruzi*) e seu transmissor (o inseto triatomíneo conhecido como “barbeiro”). A “tripla descoberta” foi celebrada como um “grande feito” da ciência brasileira, sendo decisiva para o projeto de Oswaldo Cruz de transformar o Instituto de Manguinhos em um centro de pesquisa em medicina tropical reconhecido internacionalmente e comprometido com as questões de saúde pública do país. Carlos Chagas sucedeu a Oswaldo Cruz na direção do IOC (em 1917) e assumiu em 1919 a direção dos serviços federais de saúde pública. Sobre Carlos Chagas e a história da doença de Chagas (ou tripanossomíase americana), ver KROPF, Simone P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- 2 O Hospital Oswaldo Cruz pertencia ao IOC. O Instituto Soroterápico Federal, também conhecido como Instituto de Manguinhos, foi criado no Rio de Janeiro em 1900 para produzir soros e vacinas contra a peste bubônica, que ameaçava atingir a então capital federal. Sob a direção de Oswaldo Cruz (que passou a dar nome ao instituto em 1908), tornou-se não apenas um centro produtor de imunobiológicos, mas de pesquisa e ensino em microbiologia e medicina tropical. Foi o núcleo original da atual Fundação Oswaldo Cruz. BENCHIMOL, Jaime L. *Manguinhos, do sonho à vida. A ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1990.
- 3 Sobre a trajetória de Evandro Chagas, ver BARRETO, Danielle C. S. *Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.
- 4 O IPEN deu origem ao atual Instituto Evandro Chagas, órgão do Ministério da Saúde que vem produzindo importantes pesquisas biomédicas e prestando serviços em saúde pública. Sobre a história do IEC, ver BARRETO, 2012, op. cit.; DEANE, Leônidas de Mello. História do Instituto Evandro Chagas. Período 1936-1949. In: INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. *Instituto Evandro Chagas: 50 anos de contribuição às ciências biológicas e à medicina tropical*. Belém: Fundação Serviços de Saúde Pública, 1986. p. 53-67.
- 5 A principal referência historiográfica sobre os estudos de Evandro Chagas a respeito da leishmaniose visceral americana e sua importância para a medicina tropical no Brasil é GUALANDI, Frederico C. *Medicina tropical no Brasil: Evandro Chagas e os estudos sobre a leishmaniose visceral americana na década de 1930*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013. Ver também BENCHIMOL, Jaime L.; GUALANDI, Frederico C.; BARRETO, Danielle C. S.; PINHEIRO, Luciana A. Leishmanioses: sua configuração histórica no Brasil com ênfase na doença visceral nos anos 1930 a 1960. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 14, n. 2, p. 611-626, 2019.

- 6 Sobre o SEGE, ver BARRETO, 2012, op. cit.; KROPF, 2009, op. cit.
- 7 STEPAN, Nancy L. *Gênese e evolução da ciência brasileira*: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova/Fundação Oswaldo Cruz, 1976; BENCHIMOL, 1990, op. cit.; KROPF, 2009, op. cit.
- 8 O movimento sanitário da década de 1910 congregou cientistas, intelectuais e políticos em torno da reivindicação de que o governo federal ampliasse sua atuação no enfrentamento das doenças que afetavam sobretudo as populações rurais. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, do qual Carlos Chagas foi o primeiro diretor, foi uma consequência direta desse movimento. LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 23-40; KROPF, 2009, op. cit. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.
- 9 FONSECA, Cristina M. O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- 10 KROPF, 2009, op. cit.; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, 2012, p. 581-610.
- 11 O próprio Carlos Chagas, em expedição científica ao Vale do Rio Amazonas (1912-1913), suspeitou da presença de calazar em crianças da região, o que não se confirmou. As leishmanioses constituíam um dos temas mais desafiadores na agenda transnacional da medicina tropical na virada do século XIX ao XX, para o qual os sul-americanos contribuíram com estudos decisivos. Ver GUALANDI, 2013, op. cit. e JOGAS JR., Denis Guedes. Trópicos, ciência e leishmanioses: uma análise sobre circulação de saberes e assimetrias. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p.1051-1070, out.-dez., 2017. As duas formas mais conhecidas são a tegumentar ou cutânea e a visceral ou calazar. São causadas por parasitas do gênero *Leishmania* e transmitidas por insetos flebotômíneos.
- 12 Sobre a Faculdade de Medicina do Pará, ver MIRANDA, A. G. de; ABREU JÚNIOR, J. M. de C. *Memória histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, 1919-1950*: da fundação à federalização. Belém: Fadesp, 2009.
- 13 PARAENSE, Wladimir L. Evandro Chagas e as Grandes Endemias – Conferência inaugural. In: XIX Congresso Brasileiro de Parasitologia, Porto Alegre, 1-4 de novembro, 2005. Para mais detalhes dessa movimentação de Evandro Chagas, ver Barreto, 2012, op. cit.
- 14 Sobre as pesquisas em medicina tropical e as ações de saneamento no estado do Amazonas, ver SCHWEICKARDT, Julio C. *Ciência, nação e região*. As doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Os estudos realizados na Amazônia pelo médico Alfredo da Matta, por exemplo, constituíram contribuição decisiva ao estudo da leishmaniose tegumentar e suas particularidades na América do Sul, ver JOGAS JR., 2017, op. cit.
- 15 “Introdução ao Relatório Anual do Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOEC EC 04.076). Fundo Evandro Chagas, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. Todos os documentos referenciados nesse texto com a notação BR RJCOEC integram este fundo arquivístico. Ver BARRETO, 2012, op. cit.
- 16 A reforma Capanema foi apresentada ao Congresso Nacional em fins de 1935 e aprovada pela lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937.
- 17 BENCHIMOL, 1990, op. cit.; AZEVEDO & FERREIRA, 2012, op. cit.
- 18 Em 1910, Carlos Chagas foi o vencedor de um concurso interno para “chefe de serviço”, que equivalia à segunda posição em Manguinhos, em detrimento de vários outros candidatos, entre os quais Fontes. O episódio foi visto como uma manifestação de favorecimento por parte de Oswaldo Cruz a Chagas (BENCHIMOL, 1990, op. cit.). Segundo Carlos Chagas Filho, Cardoso Fontes fazia parte do grupo de pesquisadores do instituto que “era nitidamente contra o meu pai” durante o período em que este dirigiu o IOC. CHAGAS FILHO, Carlos. *Depoimento oral*. Projeto Memória de Manguinhos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1987, fita 5, lado B, p.90.
- 19 BARRETO, 2012, op. cit. PARAENSE, Wladimir Lobato. *Depoimento*. Projeto Memória de Manguinhos. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1987-1989.
- 20 KROPF, 2009, op. cit.; AZEVEDO & FERREIRA, 2012, op. cit.
- 21 PARAENSE, 1987-1989, op. cit.
- 22 Esse argumento foi desenvolvido por Barreto (2012, op. cit.). Ao analisar as motivações que levaram o outro filho de Carlos Chagas a optar pela área de física biológica na Universidade do Brasil – rompendo assim com uma tradição familiar de carreira científica em Manguinhos –, Darcy Fontoura de Almeida chama a atenção para o ônus e o bônus que um capital social herdado carrega consigo: “Carregar um nome traz consigo um ônus maior: a obrigação de não desmerecê-lo. A partir daquele momento, então, estaria clara para Chagas Filho a obrigação de fazer o possível para elevar seu próprio nome a alturas dignas alcançadas pelo pai e pelo irmão”. ALMEIDA, Darcy F. A opção de Carlos Chagas Filho pela física biológica: razões e motivações. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v.15, n.2, 2008. p.261-275, p. 267-8, grifos nossos. Sobre o conceito de capital simbólico como elemento fundamental para a prática da ciência, ver BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- 23 ESTADO DO PARÁ. *Diário da Assembleia do Estado do Pará*, 03 de dezembro de 1936, n. 174, ano II, p.5-6.
- 24 FONSECA, 2007, op. cit.
- 25 “Relatório Confidencial – Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOEC EC 04.075).
- 26 O telegrama de Fontes foi lido na Assembleia Legislativa por Souza Castro, autor do projeto de lei de criação do IPEN. ESTADO DO PARÁ, 1936, op. cit.
- 27 ESTADO DO PARÁ. *Decreto n. 2346, de 11 de novembro de 1936. Aprova, para todos os efeitos legais, o Regulamento anexo ao Instituto de Patologia Experimental do Norte*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto “Lauro Sodré”/Escola Profissional do Estado, 1936. s.p.
- 28 BARRETO, 2012, op. cit.
- 29 “Introdução ao Relatório Anual do Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOEC EC 04.076).
- 30 “Relatório Confidencial – Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOEC EC 04.075).
- 31 STEPAN, 1976, op. cit.; BENCHIMOL, 1990, op. cit.; KROPF, 2009, op. cit.
- 32 PEREIRA, Roberto. Instituto de Patologia Experimental do Norte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1937. p.16. A célebre expressão “o Brasil é um imenso hospital” foi cunhada pelo médico Miguel Pereira em 1916 e tornou-se a “divisa” do movimento sanitário (LIMA & HOCHMAN, 1996, op. cit.)



- 33 Ver SCHWEICKARDT, J. C. e LIMA, N. T. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n.14, supl., p. 15-50, 2007.
- 34 Sobre a tradição dos cursos para a formação de pesquisadores no IOC, ver AZEVEDO & FERREIRA, 2012, op. cit.
- 35 ESTADO DO PARÁ. Decreto n. 2346, de 11 de novembro de 1936..., op. cit. O título faz uma clara alusão à revista publicada pelo IOC desde 1909, as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. No entanto, o periódico não chegou a ser criado.
- 36 Sobre os planos do governo Vargas para a Amazônia, ver: ANDRADE, Rômulo P.; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.
- 37 BARRETO, 2012, op. cit. GUALANDI, 2013, op. cit.
- 38 Ver: “Plano geral de uma organização para o estudo e pesquisa dos principais problemas da nosologia regional do país”. Documento anexado à carta de Evandro Chagas a Artur da Siqueira Cavalcanti, 21.10.1936 (BR RJCOEC EC 06.001).
- 39 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.09.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 40 Sobre a criação do laboratório em Manaus, ver carta de Álvaro Maia a Evandro Chagas, em 23.11.1936 (BR RJCOEC EC 06.012) e carta de Leocádio Chaves a Evandro Chagas, em 13.11.1937 (BR RJCOEC EC 04.077).
- 41 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 18.11.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 42 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 07.06.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 43 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.09.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 44 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 06.10.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 45 Carta de Evandro Chagas a Jayme Aben-Athar, em 29.01.1937 (BR RJCOEC EC 04.011).
- 46 Carta de Evandro Chagas a Íris Chagas, em 06.10.1937 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 47 Em 1905, Carlos Chagas foi designado para combater uma epidemia de malária junto aos trabalhadores do porto de Santos, administrado pela Companhia Docas de Santos, empresa do pai de Guilherme Guinle. Partidário do ideário sanitário, Guinle apoiaria diversas ações de Carlos Chagas quando este dirigiu o Departamento Nacional de Saúde Pública, e, depois de sua morte, seus filhos herdariam tal apoio. SANGIARD, G. P. *Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- 48 BARRETO, 2012, op. cit.
- 49 O deputado e médico Figueiredo Rodrigues foi um ferrenho crítico das propostas ventiladas pelo governo federal para o IOC durante a tramitação da reforma Capanema. Sobre o pedido de subvenção, ver os telegramas trocados entre Evandro Chagas, Artur Neiva, Figueiredo Rodrigues e Annes Dias (BR RJCOEC EC 06.014).
- 50 No início de 1937, Evandro Chagas e Aristides Marques da Cunha anunciaram a descoberta de uma nova espécie de protozoário do gênero *Leishmania*, que denominaram *Leishmania chagasi*. Seria, segundo eles, uma evidência a comprovar a hipótese de que os casos de calazar que vinham estudando eram de uma nova doença, a “leishmaniose visceral americana”. A descoberta foi anunciada por Evandro Chagas em agosto de 1937 na Academia Nacional de Medicina. Sua intenção era comunicá-la exatamente no mesmo dia em que seu pai anunciara, em 1909, a descoberta da doença de Chagas, mas não foi possível coincidir as datas. As hipóteses quanto à especificidade tanto da *Leishmania chagasi* quanto da leishmaniose visceral americana seriam objeto de controvérsias. Evandro Chagas continuaria estudando o tema até sua morte. Ver GUALANDI, 2013, op. cit.; BENCHIMOL, GUALANDI, BARRETO, PINHEIRO, 2019, op. cit.
- 51 Carta de Leoberto de Castro Ferreira a Evandro Chagas, em 17.10.1937 (BR RJCOEC EC 04.011).
- 52 Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 17.12.1937 (BR RJCOEC EC 06.012).
- 53 Carta de Evandro Chagas a Antônio Acatauassú Nunes Filho, em 28.12.1937 (BR RJCOEC EC 04.078).
- 54 Carta de [Leoberto de Castro Ferreira] a Evandro Chagas, em 24.09.1937 (BR RJCOEC EC 04.011).
- 55 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas. Belém, 15.11.1937 (BR RJCOEC EC 01.003). Para uma análise detida da correspondência de Evandro Chagas com sua mãe, ver BARRETO, 2012, op. cit.
- 56 Carta de Antônio Acatauassú Nunes Filho a Evandro Chagas, em 22.12.1937 (BR RJCOEC EC 04.078).
- 57 Carta de Evandro Chagas a Leoberto de Castro Ferreira, em 22.11.1937 (BR RJCOEC EC 04.011). Os cachorros eram investigados como possíveis reservatórios do agente causal da leishmaniose. Estudava-se ainda a hipótese de a doença ser transmitida por insetos flebotomíneos, o que viria a se confirmar. Ver GUALANDI, 2013, op. cit.
- 58 Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.10.37 (BR RJCOEC EC 01.003).
- 59 IDEM. Evandro Chagas era atormentado por um forte sentimento de culpa em relação à família. Sua vida privada, em muitos aspectos, fugia ao comportamento moral esperado para um homem de sua posição social: seu casamento com Maria da Graça Dutra (jornalista ativista do Partido Comunista) durou poucos anos, e a única filha do casal, Tatiana Chagas Memória, passou a residir com mãe em São Paulo. D. Íris Chagas relutava em aceitar que a neta vivesse em um outro ambiente familiar e sob outra referência paterna, uma vez que Maria da Graça havia se casado novamente. Além do drama vivenciado nesse divórcio – o casal teria, inclusive, recorrido aos tribunais para disputar a guarda da menina –, Evandro Chagas era conhecido por sua vida boêmia. BARRETO, 2012, op. cit.
- 60 Diário de Evandro Chagas, 07 de janeiro de 1938 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 61 Diário de Evandro Chagas, 08 de fevereiro de 1938 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 62 FARLEY, John. *To Cast Out Disease. A History of the International Health Division of Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2004.
- 63 BARRETO, 2012, op. cit. Sobre a história da campanha contra o *gambiae* no Nordeste, ver: PACKARD, Randall; GADELHA, Paulo. A land filled with mosquitos: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation and the *Anopheles gambiae* invasion of Brazil. *Parasitologia*, v.36. p.197-213, 1994; ANAYA, Gabriel. L. *Anopheles gambiae: Do invasor silencioso ao “feroz mosquito africano” no Brasil (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação

- em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2012.
- 64 BARRETO, 2012, op. cit. Ver: DEANE, L. Leônidas Deane: aventuras na pesquisa (depoimento). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jul.-out. 1994. p.153-171.
- 65 Carta de Evandro Chagas a [Leoberto de Castro Ferreira], em 10.09.1937 (BR RJCOEC EC 04.011). Sobre o plano de saneamento da Amazônia, ver ANDRADE & HOCHMAN, 2007, op. cit.
- 66 Diário de Evandro Chagas, dia 04 de junho de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 67 “Bases do acordo que firmam entre si a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, a Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região e o Instituto de Patologia Experimental do Norte, para o fim expresso de uma ação conjunta de combate à malária”, s.d. (BR RJCOEC EC 06.010).
- 68 Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 02.07.1940 (BR RJCOEC EC 06.007).
- 69 Ver SCHWEICKARDT E LIMA, 2007, op. cit.
- 70 Diário de Evandro Chagas, dia 27 de agosto de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 71 ANDRADE & HOCHMAN, 2007, op. cit.; BARRETO, 2012, op. cit.
- 72 Diário de Evandro Chagas, dia 06 de outubro de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 73 ANDRADE & HOCHMAN, 2007, op. cit. Os Serviços Nacionais do MES seriam estruturas robustas em termos administrativos, técnicos e políticos, com o objetivo de implementar, em associação aos governos estaduais, campanhas de combate a doenças específicas, entre as quais a malária e outras endemias rurais (FONSECA, 2007, op. cit.).
- 74 Diário de Evandro Chagas, dia 06 de novembro de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 75 A tragédia teve caráter espetacular: destroços do avião atingiram estabelecimentos próximos e algumas peças ficaram penduradas em árvores. Barcos aportados na enseada de Botafogo saíram para prestar socorro às vítimas, assim como alguns transeuntes, que se jogaram ao mar. Não houve sobreviventes e muitos corpos resgatados estavam terrivelmente mutilados. Alguns jornais anunciaram o acidente como “o maior desastre aéreo da América do Sul”. BARRETO, 2012, op. cit., p.17.
- 76 Diário de Evandro Chagas, dia 13 de julho de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 77 Diário de Evandro Chagas, dias 13, 15 e 18 de julho de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 78 Diário de Evandro Chagas, dia 19 de julho de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 79 Diário de Evandro Chagas, dia 24 de outubro de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 80 Diário de Evandro Chagas, dia 07 de novembro de 1940 (BR RJCOEC EC 04.026).
- 81 Os resultados do inquérito seriam enviados em janeiro de 1941 à Comissão de Saneamento da Amazônia. ANDRADE & HOCHMAN, 2007, op. cit., p. 260.
- 82 CHAGAS FILHO, 1987, op. cit.; AZEVEDO & FERREIRA, 2012, op. cit.
- 83 FONSECA, 2007, op. cit.
- 84 CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- 85 KROPF, 2009, op. cit.

[Artigo recebido em Dezembro de 2019. Aceito para publicação em Junho de 2020]